



**Universidade Eduardo Mondlane**  
**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**  
**Departamento de Arqueologia e Antropologia**  
**Licenciatura em Antropologia**

**Criança como Agente:**

**Uma análise a partir da experiência do quotidiano dos recolhedores de lixo no  
Bairro de Maxaquene C**

Candidato: Inok Laurentino Chiposse

Supervisor: Cristiano Matsinhe

Maputo, Dezembro de 2015

## **Criança como Agente:**

### **Uma análise a partir da experiência do quotidiano dos recolhedores de lixo no Bairro de Maxaquene C**

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do Grau de licenciatura em Antropologia na  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane

O Supervisor

---

O Presidente

---

O Oponente

---

Maputo, Dezembro de 2015

## **Declaração de originalidade**

Declaro que o presente relatório de pesquisa é original e nunca foi apresentado na sua íntegra para a obtenção de qualquer grau. Declaro ainda que o mesmo é fruto da minha investigação, estando indicadas as referências bibliográficas e as fontes de informação utilizadas para a sua realização.

Candidato

---

Inok Laurentino Chiposse

## **Dedicatória**

*Este trabalho dedico a minha Mãe, Maria Ginha Nhenguete  
Só DEUS sabe o quanto te esforçaste para que os seus filhos estudassem.*

## **Agradecimentos**

Para a realização do presente trabalho contei com a contribuição de certas pessoas, pese embora algumas delas não sejam mencionadas, mas que me acompanharam em todo momento da formação.

Em primeiro lugar agradeço a **DEUS** por tudo.

De seguida a meus irmãos (Teresa, Mirete, Neklim), meus sobrinhos (Darcenildo, Eduardo e Elcaná) pelo apoio incondicional durante os anos da minha formação académica e no percurso da vida. O meu muito obrigado.

Ao Dr.Cristiano Matsinhe, meu supervisor, que se prontificou de forma sábia, sugerindo e orientando na produção deste trabalho.

Os agradecimentos se estendem a todos os docentes do DAA da UEM por terem me dado pistas para trilhar no universo da Antropologia

Agradeço também ao Prof. Emídio S. Gune pelos debates e críticas construtivas que se evidenciaram na produção deste trabalho.

Aos participantes da pesquisa, que me foram úteis na explicação e compreensão da reflexão em causa.

A todos meus colegas do curso Antropologia 2012, com destaque para Carlos Correia, Mussa Juma, Imerson Cardoso, Vitorino Mangação, parceiros em todos os momentos.

Aos companheiros, Arcanjo, Isaú, Afonso, Salvador, Hermenegildo, Honesto, Cleófas, Kota Gunde, De Rocha e ao Raposo.

Aos meus amigos Abdula Rajabo e Verniz.

Agradecimento especial à minha Synderela Sandra, a menina dos meus olhos, pelo apoio e presença em todos os momentos da minha formação académica.

## **Abreviaturas e Acrónimos**

**CPLP-** Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**DAA-** Departamento de Arqueologia e Antropologia

**EUA-** Estados Unidos de América

**IAF-** Inquérito de Agregado Familiar

**INE-** Instituto Nacional de Estatística

**OIT-** Organização Internacional do Trabalho

**ONG'S-** Organizações Não Governamentais

**ONU-** Organização das Nações Unidas

**II RGPH-** Segundo Recenseamento Geral da População e Habitação

**UA-** União Africana

**UNICEF-** Fundo das Nações Unidas Para Infância, sigla em Inglês

**UEM-** Universidade Eduardo Mondlane

## Glossário

**Bacela**– refere-se a acção de receber bónus durante uma transacção.

**Biscatos**- termo de uso corrente que serve para designar trabalhos feitos de forma ocasional.

**Boladas**- expressão de uso corrente que serve para designar negócios, nomeadamente a actividade de recolha de lixo, no caso restrito.

**Bombas (spider, Dragon, foguetes)** – designação dada pelos recolhedores de lixo a objectos pirotécnicos, no caso específico ao conjunto de pequenos fogos de artifícios.

**Bradas**- expressão de uso corrente que serve para designar amigos. Este termo deriva de uma modificação do termo inglês *brother*.

**Cena**- gíria de uso corrente que serve para designar algo em substituto do pronome demonstrativo “isto”

**Gajos**- expressão de uso corrente que serve para designar pessoas, indivíduos.

**Game (Teken)** - nome dado pelos recolhedores de lixo a um aparelho electrónico, o qual para seu funcionamento é necessário que se introduza uma moeda de 5mtn.

**Gramei**- expressão de uso corrente que expressa satisfação, (o mesmo que gostei).

**Job**- expressão de uso corrente que serve para designar trabalho. Deriva do termo inglês Job.

**Maningue**- designação de uso corrente que serve para quantificar (o mesmo que muito)

**Mola**- expressão de uso corrente que serve designar dinheiro.

**Moluwenes**- expressão de uso corrente que serve para designar indivíduos marginais, de conduta duvidosa.

**Porrada**- expressão de uso corrente que serve para referir-se agressão física.

**Puto**- expressão de uso corrente que serve para designar criança.

## **Resumo**

O presente trabalho analisa o envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos, tendo como ponto de partida as estratégias de obtenção de renda levadas a cabo pelas crianças recolhedoras de lixo do Bairro da Maxaquene C. Durante a revisão bibliográfica, duas perspectivas se destacam na análise do assunto, de um lado, os da psicologia do desenvolvimento humano e doutro lado, os da interacção social baseada no contexto. Os da psicologia do desenvolvimento defendem que a criança se encontra no estágio de maturação biológica, durante este processo a mesma é passiva e dependente dos adultos. Para os da psicologia do desenvolvimento o envolvimento da criança em actividades que geram rendimento se concretiza nos moldes da exploração. A segunda perspectiva argumenta que a criança é agente activa dentro do contexto social que se insere, em relação ao envolvimento das crianças em actividades que geram rendimentos, esta perspectiva defende que a mesma se efectua como meio de socialização, da interacção das crianças e da integração nas “actividades caseiras” ou domésticas por extensão

Portanto, percebe-se que as duas perspectivas não abrem espaço para uma análise a partir das próprias crianças, e todas olham para criança como passiva, para uns, passivas diante da exploração, e para outros, passivas diante das regras sociais, na medida em que o social é determinante para o envolvimento delas nas actividades que geram rendas. De modo a compreender quais são as estratégias levadas a cabo pelas crianças para obtenção de renda, realizamos uma pesquisa etnográfica com as crianças recolhedoras de lixo no bairro Maxaquene C, cujos dados permitem afirmar que o envolvimento da criança em actividades que geram rendimento se materializa nos moldes de autonomia, capacidade de negociação, relações de reciprocidade e o lazer. Uma actividade feita a revelia dos pais e encarregados de educação, e mesma entra em choque com as aspirações dos modelos normativos pragmáticos, na medida em que essa actividade se enquadra na tipologia do chamado “trabalho infantil”. Todavia, os recursos arrecadados têm em vista suprir as necessidades do lazer, da diversão, que lhes são garantidas por direito nas leis, decretos e convenções prescritas pelos modelos normativos pragmáticos.

**Palavras-chave:** autonomia, negociação, reciprocidade e lazer.



## Índice

Declaração de originalidade.....	iii
Dedicatória.....	vi
Agradecimentos.....	v
Abreviaturas e Acrónimos .....	vi
Glossário .....	vii
Resumo.....	viii
<b>1. Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2. Objectivos.....</b>	<b>12</b>
Objectivo geral: .....	12
Objectivos específicos.....	12
<b>1.3. Hipóteses .....</b>	<b>12</b>
<b>1.4. Justificativa.....</b>	<b>12</b>
<b>2. Problematização Teórica.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1. Agenciamento da Criança .....</b>	<b>14</b>
<b>2.3. Modelos Normativos Pragmáticos .....</b>	<b>19</b>
<b>2.4. A problemática do agenciamento no Contexto Moçambicano.....</b>	<b>20</b>
<b>2.5. A teoria .....</b>	<b>22</b>
<b>2.5.1. Conceitualização .....</b>	<b>24</b>
<b>3. Metodologia .....</b>	<b>28</b>
<b>3.1. Fases da Pesquisa .....</b>	<b>28</b>
<b>3.2. Técnicas de selecção dos participantes de pesquisa .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3. Método e técnica de recolha de dados .....</b>	<b>30</b>
<b>3.3.1. Método .....</b>	<b>30</b>
<b>3.1.2. Técnicas .....</b>	<b>30</b>
<b>3.2. Constrangimentos durante a pesquisa .....</b>	<b>31</b>
<b>4. Do lugar etnográfico e resultados da pesquisa .....</b>	<b>32</b>
<b>4.1. Caracterização sociodemográfico do local da pesquisa .....</b>	<b>32</b>
<b>4.2. Perfil dos Participantes.....</b>	<b>33</b>
<b>4.3. Resumo dos perfis.....</b>	<b>34</b>
<b>4.4. Descrição da Rotina .....</b>	<b>34</b>
<b>4.4.1. A finalidade do dinheiro.....</b>	<b>36</b>
<b>5. Discussão dos Resultados .....</b>	<b>37</b>

<b>5.1. Autonomia das Crianças.....</b>	<b>37</b>
<b>5.2. Capacidade de Negociação .....</b>	<b>39</b>
<b>5.3. Relações de Reciprocidade .....</b>	<b>41</b>
<b>5.4. Momentos de Lazer .....</b>	<b>43</b>
<b>5.6. Implicações nos Modelos Normativos Pragmáticos .....</b>	<b>45</b>
<b>5.7. Problematizando os objectivos, as hipóteses da pesquisa e resultados observados ...</b>	<b>46</b>
<b>6. Considerações Finais .....</b>	<b>49</b>
<b>7. Referências.....</b>	<b>52</b>

## 1. Introdução

O estudo analisa o envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos, tendo como ponto de partida as estratégias de obtenção de renda levadas a cabo pelas crianças recolhedoras de lixo do bairro da Maxaquene C. O trabalho nos sugere a uma reflexão e compreensão sobre os desafios das tentativas de conciliar a universalidade dos direitos da criança em contextos marcados pela pobreza. Propusemos-nos também, a olhar as crianças em interacção como categoria passível a uma observação e análise, visando entender que as necessidades são inerentes a sua condição de existência e são criadas, sendo que as mesmas variam de contexto para contexto e que para sua satisfação segue contornos diferentes de criança para criança.

De um lado temos a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada pela ONU em 1959, a Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança, aprovada pela UA em 1990, (documentos ratificados pelo Estado Moçambicano), o qual se verifica através do Artigo 47 da Constituição da República Moçambicana, que prescrevem o direito ao lazer infantil sustentando que à criança tem o direito ao repouso e aos tempos livres, a se engajar em jogos e outras actividades recreativas próprias da sua idade e de livremente participar na vida cultural e artística. De outro lado temos a realidade moçambicana caracterizada pela escassez e pobreza, por esta situação, muitas são as famílias que por razões económicas e políticas estruturais, não conseguem satisfazer estes direitos, principalmente os que têm a ver com o lazer, prazer e diversão. Evidenciando o desafio, sobretudo na tentativa de implementação das normas, leis, decretos e convenções internacionais de regulamentação de comportamento.

A partir desta situação percebe-se que a materialização dos direitos e deveres, das crianças não segue um caminho homogéneo para todas elas, para cada realidade contornos diferentes se seguem. É neste grupo de crianças em particular, vivendo num contexto marcado pela escassez e pobreza, que focaremos a nossa atenção, tendo em conta este vazio deixado nos interstícios dos direitos e deveres, o qual nos propusemos a reflectir, buscando compreender que mecanismos são accionados pelas crianças com vista a suprirem estas necessidades do lazer, prazer e diversão.

Ao responder esta questão nos ajudara na percepção das relações sociais que são criadas e estabelecidas pelas crianças, na utilização de mecanismos com vista a contornarem o vazio deixado pela situação de pobreza, na satisfação das suas necessidades. Por último, perceber que nos interstícios entre os direitos e deveres consagrados nas leis, as crianças se posicionam como agentes activas, se engajam em actividades que geram rendimentos de modo a suprirem as suas necessidades, este agenciamento demonstra que as relações sociais não se limitam aos regulamentos jurídicos legais, pois seguem contornos para além das normas pré-estabelecidas. Este é o desafio que nos propusemos a analisar neste trabalho.

Quanto a estrutura o trabalho está organizado em seis secções. Na primeira secção consta a introdução onde fazemos o sumário do trabalho apresentando os objectivos, as hipóteses e a justificativa. Na segunda consta a problematização teórica e conceitual, na qual fazemos a revisão da literatura sobre o agenciamento da criança com enfoque no envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos, apresentada a partir das duas abordagens que analisam o assunto. Mostramos também o posicionamento dos modelos normativos pragmáticos e a problematização no contexto moçambicano, apresentamos ainda a teoria adoptada no trabalho e os conceitos operacionais. Na terceira consta a metodologia, onde descrevemos os métodos e técnicas de recolha de dados, e os constrangimentos durante o trabalho de campo.

Na quarta secção consta a ligação do lugar etnográfico e resultados da pesquisa, onde fazemos um retrato do lugar da pesquisa a partir da caracterização sócio demográfica, seguida a apresentação do perfil dos participantes, e a descrição da rotina das actividades de recolha de lixo. Na quinta discutimos os resultados com base nas perspectivas teóricas que analisam o assunto, fazemos a relação da teoria e os dados do campo e as implicações nos modelos normativos pragmáticos. Por fim, as considerações finais onde sintetizamos o trabalho, apresentando as principais linhas que orientaram o trabalho, e o desfecho através da relação dos objectivos, as hipóteses do trabalho com os resultados de campo.

## **1.2. Objectivos**

### **Objectivo geral:**

- Compreender como é feito o envolvimento das crianças no suprimento das necessidades garantidas pelas leis, mas negligenciadas pelas circunstâncias em que estão inseridas;
- Descrever o facto de as crianças estarem engajadas em actividades que geram rendimentos, de modo a satisfazerem determinadas necessidades.

### **Objectivos específicos**

- Analisar o dilema vivenciado pelas crianças na tentativa de suprirem as suas necessidades, na medida em que preambulam no limiar entre os direitos e os deveres.
- Problematizar a questão do agenciamento tendo como foco as crianças como sujeitos do processo
- Entender como as próprias crianças recolhedoras de lixo concebem o “trabalho” feito por elas.

## **1.3. Hipóteses**

Apesar dos pressupostos da psicologia de desenvolvimento caracterizar a criança como agente passiva condicionada pelo seu aparato biológico, e os modelos normativos pragmáticos composto pelos decretos e convenções internacionais inibirem a participação das crianças em actividades que geram rendimentos, todavia, verifica-se o agenciamento activo da criança na actividade de recolha de lixo efectuada no bairro de Maxaquene C como um mecanismo subsidiário accionado por elas com vista a satisfação das suas necessidades, num contexto marcado por limitações das capacidades familiares em prover as necessidades complementares das mesmas.

## **1.4. Justificativa**

Quando se compreende os desafios que caracterizam a tentativa de implementação normas, decretos e convenções tidas como universais em contextos marcados pela escassez e pobreza, visualiza-se nestas situações e com maior fluidez a dimensão do agenciamento activo das

crianças, onde elas, através disso, criam mecanismos sociais de modo a suprirem as suas necessidades, sendo que alguns desses mecanismos por vezes lhes coloca em confronto com as leis, decretos e convenções universais de protecção a criança. Conhecendo este cenário, os intervenientes no processo de elaboração das políticas de protecção à criança terão em conta as prioridades de cada contexto em que as crianças estão inseridas.

## **2. Problematização Teórica**

### **2.1. Agenciamento da Criança**

Nesta secção apresentamos e debatemos as perspectivas, que analisam o agenciamento das crianças, com enfoque no seu envolvimento em actividades que geram rendimentos. De forma a analisar e sistematizar os dados obtidos durante o trabalho de campo, apresentamos também a teoria que orienta esta pesquisa.

No que tange ao agenciamento da criança na senda da literatura analisada, emergem duas perspectivas que abordam esta realidade. O primeiro grupo se apoia nos pressupostos da psicologia do desenvolvimento humano, que analisa a criança como sujeito em estágios de maturação. Caracteriza a criança como agente passiva, dependente, sem capacidade de assumir compromissos. Estes, ao analisarem o envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos, advogam e defendem que o envolvimento em actividades que geram rendimentos se materializa através da exploração. Neste sentido, as crianças, a despeito do seu aparato biológico, são exploradas por pessoas que na sua maioria são adultas, ou grupos organizados que se aproveitam da passividade das crianças e retiram delas o maior proveito possível (Papalia, 1981; Osório, 1992; Bee, 1997; OIT, 2013; Unicef *Moçambique*, 2010; Unicef *Quénia*, 2012).

O segundo grupo de autores defende que dentro do seu contexto social a criança assume activismo na interacção social. Em relação ao envolvimento das crianças em actividades que geram rendimentos, para estes se efectua nos moldes da socialização, da interacção e da integração das crianças nas actividades caseiras. Por um lado, ocorre a socialização quando é feita por adultos ou grupo de pares, ocorre a interacção quando é feita a partir das brincadeiras nas relações das crianças entre si, e integração aquando das actividades caseiras, na medida em que os trabalhos que desenvolvem no âmbito familiar, tem a intenção de incutir nas crianças responsabilidade para a vida adulta (Dahlberg et al, 2003; Durkheim, 1983; Cohn, 2005; Waksler, 1991; Corsaro & Miller, 1992; Montandon, 2001; Gomes, 2004; Campos & Debortoli, 2007; Colonna, 2008; 2012).

O primeiro grupo de autores explora aspectos do desenvolvimento humano, evidenciando os estágios da vida que as crianças passam. Quanto ao envolvimento em actividades que geram

rendimentos, demonstram os aspectos “negativos” por detrás do envolvimento do envolvimento das crianças, os quais fundamentam através de dados estatísticos, dando-nos uma noção quantitativa de quantas crianças estão envolvidas nesta prática e da situação económica das famílias dessas crianças.

Nos pressupostos do desenvolvimento humano segundo Papalia (1981), a criança se encontra num estágio, de maturação física, psicológica e moral, determinados pelo aparato genético e biológico. Neste período ela depende totalmente dos adultos a sua volta e na medida em que cresce reduz a dependência em certa medida.

O mesmo é defendido por Osório (1992), ao afirmar que a criança não possui a capacidade de estabelecer sua identidade e relações estáveis, não tem a capacidade de assumir compromissos, ser independente economicamente e nem estabelecer relações de reciprocidade. Para Osório (1992) estas capacidades são atingidas na fase adulta.

Bee (1997), afirma que só na fase adulta é que os indivíduos buscam construir os seus próprios valores, o projecto da vida, tornam-se independentes, se posicionam como sujeitos autónomos, concordando assim com a posição defendida por Osório (1992).

Relativamente ao envolvimento das crianças em actividades que geram rendimentos, numa pesquisa feita em Quénia pela Unicef *Quénia* (2012) envolvendo crianças trabalhadoras, constatou que mesmo em situações de inexistência de tráfico, muitas crianças são obrigadas a trabalhar para sobreviver. Segundo este estudo, todas as crianças que trabalham recolhendo coisas velhas ou como engraxadoras de sapatos, atendentes em mesas de venda de chá, vendedoras de cigarros nas ruas, ou trabalhadoras em residências ou fábricas, enfrentam as piores formas de trabalho, inclusive trabalho forçado, actividades ilícitas e trabalho doméstico. A mesma pesquisa concluiu que os trabalhadores domésticos infantis podem sofrer problemas psicológicos. Constatou-se também que essas crianças trabalhadoras eram mais propensas do que as outras crianças a ter insónia, depressão, entre outras patologias.

Estas abordagens se por um lado nos dão a compreensão sobre as implicações físicas, económicas e do abuso de poder que se verifica em certos casos, aquando o envolvimento das crianças em actividades que geram rendimentos, por outro lado, restringe o nosso raio de



compreensão do sujeito humano determinado pela genética e biologia. Neste sentido perde de vista as relações concretas que as crianças estabelecem no quotidiano, com enfoque nas estratégias de obtenção de renda.

Com uma visão diferente destes, o segundo grupo de autores propõe que dentro do seu contexto social, a criança assume activismo na interacção social, que estão ligados a socialização, portanto, passando as relações sociais das crianças, trazem a dimensão lúdica, por fim sugerem-nos uma análise das crianças como agentes na construção de sua vida social. Neste âmbito Dahlberg et all (2003), afirmam que dentro do contexto socialmente construído, a criança, assume activismo em diferentes esferas, demonstrando que possui identidade social e pessoal. O mesmo é referenciado por Cohn (2005), ao argumentar que as crianças através das relações sociais estabelecidas, actuam activamente com os adultos e outras crianças, consolidando papéis importantes nestas relações, não como adulto em miniatura, mas como um ser que é capaz de interagir e formular sentido sobre o meio social em que se encontra.

Em relação ao envolvimento das crianças nas actividades que geram rendimentos, a socialização pode ser o ponto de entrada para a compreensão desta realidade. A socialização é percebida como a incorporação das normas sociais estruturadas, que determinam a acção colectiva e individual. O indivíduo, além de sua relativa autonomia, é definido pela internalização de normas e de disposições comuns à sociedade ou ao contexto específico que se insere (Durkheim, 1983). Na visão de Montandon (2001), é problemática essa definição clássica de socialização, na medida em que nos remete a um processo unilateral, da influência exercida pelas instituições e agentes sociais com vista à assimilação, à adaptação e à integração dos indivíduos na sociedade.

A abordagem clássica nos faz pensar que as crianças são produtos inacabados, indivíduos a quem falta algo. Criticando a abordagem simplista da socialização Waksler (1991) garante que nos estudos sobre a socialização não pode jamais conter a totalidade das experiências das crianças, pois, estas fazem outras coisas além de se submeter à socialização. Esta visão da socialização conduz a uma abordagem tortuosa das crianças, na qual, elas, são consideradas como objectos ou como placas sobre as quais os adultos imprimem a cultura. Como recomendação, Waksler (1991)

sugere que devemos olhar para a produção da vida social pelos indivíduos do que a produção dos comportamentos pelas estruturas sociais.

Esclarecendo os pressupostos de socialização Corsaro & Miller (1992), em uma etnografia comparativa feita na Itália e EUA, a fim de examinar o nível da participação da criança nas brincadeiras, concluíram que a socialização das crianças não é uma questão de adaptação nem de interiorização, mas um processo de apropriação, de inovação e de reprodução. Dando-nos a entender que nas investigações sobre socialização, deve se ter o ponto de vista das crianças, preocupar-se pelas questões que elas se colocam, pelas significações que elas atribuem, individual e colectivamente, ao mundo que as rodeia, isso contribui para a produção e a transformação da cultura dos grupos de pares, assim como da cultura adulta.

Nestes moldes, para a compreensão do trabalho feito pelas crianças, segundo Campos & Debortoli (2007), em uma pesquisa levada a cabo pelo Programa de Educação Tutorial de Belo Horizontes com crianças que trabalham no sinal sugerem, que o trabalho infantil constitui uma realidade que necessita de novos olhares sobre os sujeitos. Seja através de políticas sociais, ou através de acções dos sujeitos que compõem o contexto social. Ainda na mesma pesquisa, reconhece-se que todas as crianças são portadoras de direitos, e estes devem ser respeitados e legitimados. Conhecer de perto a realidade das crianças trabalhadoras abre novas portas para entendermos as relações estabelecidas entre crianças, lazer, trabalho, na edificação de políticas e processos de formação humana dedicada a problematizarem as situações de risco que milhares de crianças estão sujeitas.

Falando sobre o trabalho das crianças na óptica da cultura lúdica, Colonna (2012) em pesquisa com crianças no Bairro do Infulene-Maputo, buscou analisar a prática de crianças que cuidam de outras crianças, fundamentando que tanto as meninas como os rapazes são encarados como competentes para tomarem conta dos mais novos. Esta situação faz parte da dimensão lúdica, na vertente que diz respeito à preparação das crianças para a vida adulta, e que são aspectos relevantes na sua actividade como cuidadoras. Dando azo a este pressuposto, percebe-se que as fronteiras entre brincadeira infantil, socialização e trabalho são incertas na vida das crianças, estes elementos encontram-se frequentemente integrados. Cuidar de outras crianças é muito mais

que uma actividade, mas sim uma “brincadeira trabalhosa” que as crianças desempenham no seu dia-a-dia.

Por fim, fazendo a simbiose entre o trabalho infantil, cultura lúdica e o lazer, Gomes (2004), conclui que o trabalho infantil traz como consequência imediata o roubo do lúdico na infância, devido à necessidade de trabalhar em tenra idade. Mas é a partir desta relação entre trabalho e brincadeira infantil, que se notabiliza a capacidade que as crianças têm em vivenciar os desafios do quotidiano de forma divertida. Sobre estes pontos, para complementar o autor sugere o uso do termo lazer, como uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica, mesmo diante de oposições circunstanciais por vezes adversas, exprimidas em forma de necessidades, deveres, as obrigações e especialmente com o trabalho.

Estes últimos autores (Dahlberg et al, 2003; Durkheim, 1983; Cohn, 2005; Waksler, 1991; Corsaro & Miller, 1992; Montandon, 2001; Gomes, 2004; Campos & Debortoli, 2007; Colonna, 2008; 2012) nos ajudam a ter uma visão holística da criança, sugerindo-nos uma análise que é fundamentada tendo em conta o contexto em que elas se inserem. Evidenciam o activismo das crianças em diferentes esferas do quotidiano. Uma das esferas é a participação na vida económica, na qual se reflecte o papel preponderante da socialização como influenciador, mostrando também que o mesmo envolvimento faz parte de um processo de integração entre pares, e que se enquadra no universo lúdico e do lazer das mesmas.

O agenciamento das crianças demonstrado nas relações sociais, através do envolvimento activo em actividades que geram rendimentos, entra em choque com as aspirações dos modelos normativos pragmáticos, o qual apresentaremos a seguir.

### **2.3. Modelos Normativos Pragmáticos**

Nesta subsecção demonstramos que apesar de por um lado se reconhecer a criança como agente, activa no contexto em que se insere, por outro lado ainda prevalecem convenções, decretos, leis que tentam regular, enquadrar e especificar o campo de actuação das mesmas.

Entenda-se por modelos Normativos Pragmáticos ao conjunto das leis, decretos e normas tidas como universais, que prescrevem aos indivíduos direitos e deveres em qualquer que seja o contexto sócio cultural em que se encontram. Estas leis e decretos influenciam os indivíduos na aplicação das normas prescritas. Dai que as leis e normas são dadas aos indivíduos como um guia para acção, que deve estar em conformidade com as mesmas. Não basta conhecer as leis, é preciso praticar as mesmas (Graça, 2008).

Neste sentido ao nível global a ONU (1989), concebe a criança como sendo todos os indivíduos com idade compreendida entre 0 e 18 anos de idade. É o caso da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada pelas Nações Unidas, em 1959 que afirma as crianças são mundialmente reconhecidas como cidadãos e portadoras de direitos e deveres. As premissas da declaração não param por ai, a mesma preconiza o compromisso do Estado, família e sociedade na garantia e efectivação dos direitos das crianças para que elas possam viver uma infância na sua plenitude.

Em África, e com base na influência global, em 1990 a UA elabora a Carta Africana dos Direitos da Criança nos mesmos moldes da Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU. No preâmbulo da carta declara-se que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Carta Africana dos Direitos da Criança, 1990).

#### **2.4. A problemática do agenciamento no Contexto Moçambicano**

Moçambique fazendo parte destas organizações internacionais (ONU e UA) ratificou as convenções e conseqüentemente incorporou na sua legislação. Na constituição da República de Moçambique no Artigo 47 referente aos direitos da criança está plasmado que as crianças têm direito à protecção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar. Na mesma constituição fazendo menção a Carta Africana dos Direitos da Criança, no que diz respeito ao direito do lazer infantil, sustentam que a criança tem o direito ao repouso e aos tempos livres, a se engajar em jogos e outras actividades recreativas próprias da sua idade e de livremente participar na vida cultural e artística (Constituição da República, artigo 47).

Com base nos decretos e convenções acima referenciados, o lazer é tido como um direito de todas as crianças, o que quer com isso dizer também, que é, a responsabilidade legítima do Estado, família e a sociedade garantirem este direito a criança. De acordo com as mesmas legislações a família tem, portanto, grande responsabilidade em suprir todas as necessidades das crianças no processo de socialização.

A realidade moçambicana é complexa, caracterizada por diversas especificidades no quotidiano, sobre tudo na tentativa de implementação dessas normas, decretos de regulamentação de comportamento. Neste âmbito, não são todas as famílias que conseguem suprir estas necessidades. Em muitas famílias, por razões económicas e políticas estruturais, estas necessidades não são supridas na sua totalidade, principalmente as que têm a ver com lazer, prazer e diversão. É neste grupo em particular que focaremos a nossa atenção, e é com base neste vazio deixado nos interstícios dos direitos e deveres que se levanta a pergunta que guiará a reflexão: *Em que medida as crianças se engajam activamente em acções com vista a suprirem as suas necessidades?*

Referindo-se ao envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos a OIT (2013), num estudo sobre aplicações das convenções e recomendações na legislação dos países da CPLP, que visa a eliminação do trabalho infantil, levando em consideração as especificidades de cada país, o mesmo defende que o “trabalho de menores” deve-se entender como toda e qualquer actividade laboral desenvolvida por pessoas com idade inferior a 18 anos, sujeita ou não a

remuneração, em qualquer sector económico, cooperativo, associativo e das ONG's. Portanto, o trabalho infantil é toda e qualquer actividade laboral desenvolvida por pessoas com idade inferior a 15 anos, sujeita ou não a remuneração. A expressão “trabalho de menores”, à luz dos instrumentos jurídicos de Moçambique, abarca o trabalho realizado por aqueles que ainda não atingiram a maioridade civil (cifrados aos 18 anos), e que já tenham completado a idade mínima (15 anos) para admissão ao emprego.

Num exercício de contextualização, o UNICEF *Moçambique* (2010) no relatório sobre a pobreza infantil em Moçambique garante que o trabalho infantil é outra grave forma de abuso e exploração em Moçambique. As estatísticas revelam que 22% das crianças de 5-14 anos estão envolvidas em trabalho infantil, registando-se uma grande disparidade entre as zonas urbanas e as rurais 15% e 25%, respectivamente. O relatório revelou que a prevalência de trabalho infantil está relacionada com o nível de escolaridade da mãe e 24% das crianças cujas mães não têm nenhuma escolaridade estão envolvidas em trabalho infantil, em comparação com 10% das crianças cujas mães têm, pelo menos o ensino secundário. A mesma prevalência de trabalho infantil é ligeiramente maior nas meninas que nos rapazes. A percentagem de crianças que trabalham para apoiar os negócios familiares é a mesma para ambos os sexos 16%.

Num panorama em que Moçambique adoptou as convenções, normas, decretos que dentre muitos direitos prescrevem as crianças o direito ao lazer, a diversão, em contrapartida, o mesmo, em muitos casos, não são garantidos e nem acautelados pelo Estado, pela família e pela sociedade civil, pois, é comum assistir a dimensão do agenciamento das crianças que se envolvem activamente em actividades que geram rendimentos de modo a suprimirem estas necessidades.

A partir da observação participante, feita no bairro de Maxaquene C com as crianças recolhedoras de lixo, notamos como essa dimensão do agenciamento da criança se efectua na prática do quotidiano delas. O método de observação participante nos fez reflectir na aplicação de determinados conceitos, como é o caso de autonomia, capacidade de negociação, interacção de reciprocidade e o lazer, portanto, inserida no esteio da reflexão sugerida por Honwana e De Boeck (2005) ao afirmarem que as pesquisas devem buscar conhecer as vivências quotidianas

das crianças tendo em conta a sua capacidade de acção e participação activa a nível familiar, social e económico, mesmo nas situações mais adversas.

## **2.5. A teoria**

Tendo em conta as duas perspectivas teóricas (os da psicologia do desenvolvimento humano e os da interacção social baseada no contexto) que analisam o agenciamento da criança. Uns assentam-se nos pressupostos da psicologia, que analisa a criança como sujeitos em estágios de maturação e que olha para o envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos nos moldes da exploração (Papalia, 1981; Osório, 1992; Bee, 1997; OIT, 2013; Unicef *Moçambique*, 2010; Unicef *Quénia*, 2012). Percebendo a limitação de tal análise, na medida em que restringem o seu raio de compreensão em relação ao sujeito humano determinado pela genética e biologia, o que teoricamente faz perder de vista as relações concretas que as crianças estabelecem no quotidiano, principalmente no âmbito das estratégias de obtenção de renda. Outros analisam a criança dentro do seu contexto social, reconhecendo que estas assumem o activismo na interacção social. Em relação ao envolvimento das crianças em actividades que geram rendimentos, segundo a lógica avançada por estes estudos, se efectua nos moldes da socialização, da interacção e da integração das crianças nas actividades caseiras (Dahlberg et al, 2003; Durkheim, 1983; Cohn, 2005; Waksler, 1991; Corsaro & Miller, 1992; Montandon, 2001; Gomes, 2004; Campos & Debortoli, 2007; Colonna, 2008; 2012). Esta análise tem como limitação a primazia da supra-estrutura social, na medida em que percebe que as normas sociais determinam o envolvimento das crianças em actividades que geram rendimentos, e que o mesmo se enquadra no processo de socialização. Esta visão retira a possibilidade das crianças agirem de forma individual, desvalorizando deste modo a autonomia do sujeito em subverter as normas socialmente construídas e agir a margem das mesmas.

Neste sentido, a realidade do campo de estudo revela o antagonismo com as teorias da psicologia do desenvolvimento e os da interacção social baseada no contexto em certos pontos, uma vez que actividade de recolha de lixo levada a cabo pelas crianças no bairro de Maxaquene C, é feita a revelia dos pais e encarregados de educação, e a mesma se enquadra na tipologia do “trabalho infantil” combatida pelos modelos normativos pragmático, constituída tanto pela Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Carta africana Dos Direitos e Bem-estar da Criança, no qual Moçambique é signatária e reflectida na Constituição da República de

Moçambique no artigo 47. Numa só actividade, percebe-se que as crianças agem subvertendo normas sociais locais, assim como subvertem, por consequência, o que estão pasmados nas leis, normas e convenções internacionais, tidas como globais.

Observando a escassez de pesquisas em Moçambique que evidenciam o ponto de vista das crianças, Colonna (2008) afirma que são raros os trabalhos que estudam a realidade das crianças consideradas “normais” dentro de um determinado contexto e ainda mais raros são os estudos que apresentam o ponto de vista das próprias crianças sobre as suas experiências e as suas vivências quotidiana.

É preciso salientar que para tal efeito, nesta pesquisa adoptamos a teoria Construtivista. Esta teoria defende que o ser humano constrói o conhecimento através de suas interacções sociais; sendo que a realidade não existe além da linguagem construída pelo sujeito através de suas interacções sociais (Castañon, 2004).

Para Sousa Filho, (2009) uma concepção construtivista implica compreender a realidade social como um resultado da acção dos próprios seres humanos nos seus espaços de vida que reproduzem as diferenças culturais e históricas. Neste sentido, esta teoria permitiu-nos entender a realidade social, tendo em conta as dimensões, simbólicas e subjectivas, do imaginário nas práticas das crianças recolhedoras de lixo no bairro de Maxaquene C. Uma análise construtivistas nos sugere ao abandono da busca por propriedades, conceitos tidos como universais na categorização da realidade, e sugere a adopção da reflexão histórica e contextual como centro para a compreensão do social (Gergen, 1994).

O outro dilema reside também em pensar as crianças como adultos em miniatura, pois, ignoram-se os mundos sociais e culturais da infância, e que as levam a desenvolver as actividades consideradas “adultas” com um estilo próprio, por exemplo, através da capacidade de articular o trabalho, com a aprendizagem e com a dimensão lúdica (Katz, 1986; Invernizzi, 2003; Punch, 2003; Silva, 2003).

Através da teoria construtivista, focalizaremos a atenção na construção das categorias sociais que são usadas para analisar e compreender os contextos em que os sujeitos da análise se inserem, o que abrirá a compreensão das relações sociais que tornam-se centrais para a produção do



conhecimento, assim como para a representação da experiência. Para (Berger & Luckmann, 1994; Wilkinson, Kitzinger, 1995) a realidade social é intersubjectivamente construída.

Reconhecendo as limitações das demais teorias, a proposta construtivista surge como a mais indicada porque nos oferece elementos, que permitem operacionalizar os conceitos em causa, com base no quotidiano das crianças recolhedoras de lixo do bairro de Maxaquene C e auferir às crianças o estatuto de actores sociais plenos e competentes na formulação e actuação sobre o seu universo uma vez serem elas as construtoras das realidades sociais onde se inserem. Esta análise nos levará a compreender que as normas de conduta e comportamentos são sempre baseadas em valores constituídos dentro do universo simbólico de cada grupo (Soares, Sarmiento, & Tomás, 2005).

### **2.5.1. Conceitualização**

O momento de conceituar de acordo com Prado et all (2011), permite de forma metodológica definir a perspectiva de análise e apurar os argumentos, as teorias que sustentam o quadro de análise. Por conseguinte, nesta secção são definidos os conceitos-chave que orientam a este estudo nomeadamente a autonomia, a capacidade de negociação, reciprocidade e lazer, com vista a compreender do problema de pesquisa.

#### **2.5.1.1. Autonomia**

Relativamente ao conceito autonomia, segundo Gadotti (1992), vem do grego *auto* (próprio) e *nomos* (lei ou regra), e significa autogoverno, governar-se a si próprio. O mesmo surge num contexto de análise das teorias políticas, no que se refere ao exercício de poder em situações de descentralização e desconcentração do mesmo. Na mesma linha de ideia Mogilka (1999), sugere que autonomia é a capacidade de definir as suas próprias regras e limites, sem que estes precisem ser impostos por outro, na medida em que age para a sua auto-regulação.

Na tentativa de se distanciar dessa visão Deci e Ryan (2000), acrescentam que autonomia é a determinação própria que condiciona a capacidade de tomar decisões, algo que é uma necessidade universal. Num estudo que versa sobre a autonomia nas crianças, inserido no campo da Psicologia comportamental, Cole & Cole (2001) concluem que nas crianças a vontade de ser

autónomas aparece no início da idade pré-escolar, onde elas enfrentam o conflito entre o exercer a vontade própria e as barreiras morais a esses impulsos.

Pese embora as diferentes concepções sobre autonomia, algo em comum passa entre linhas de todas abordagens, é o facto de associar a autonomia à capacidade do indivíduo de agir por si, através da criação de regras próprias, à despeito das normas vigentes, o que abre espaço a capacidade do sujeito fazer-se por si, isto a revelia dos constrangimentos que o contexto lhe possa impor (Silva, 2009). Esta é a conceitualização de autonomia adoptada neste trabalho.

### **2.5.1.2. Negociação**

O conceito negociação tem sido fortemente objecto de análise e reflexões nas ciências económicas. Entretanto, pelo facto da mesma se materializar no âmbito das relações sociais também é passível de ser analisada, pelas lentes de antropologia e das demais ciências sociais. Nestes moldes para Nierenberg (1981), negociação é o processo onde várias partes estão empenhadas para obter ganhos, procurando continuamente ter uma a visão geral do processo, tem-se em conta a satisfação das partes envolvidas, de modo a evitar conflitos.

Por sua vez Fisher e Ury (1985) definem negociação como um processo de dois lados opostos no contexto de uma comunicação, com vista a alcançar uma decisão compartilhada na qual os intervenientes reconhecem os interesses conflitantes entre eles, mas as partes valorizam um desejo comum, que é a satisfação dos seus anseios.

Nas perspectivas de Steele, Murphy e Russill *apud* Panoso (2000), negociação é o acto de fazer e obter concessões entre partes envolvidas numa interacção. A mesma ocorre de forma positiva quando as partes realizam trocas entre si, por vezes uma das partes recorre a persuasão de modo a alcançar um acordo forçado, beneficiando por vezes uma das partes envolvidas na interacção.

Laurent *apud* Panoso (2000) problematiza a definição simplista do conceito negociação e o caracteriza como o processo de manipulação e disposição, com vista alcançar os próprios objectivos utilizando-se principalmente a palavra, sem se preocupar muito com a veracidade de seu conteúdo. De forma a reforçar a ideia já avançada, Zajdsznajder (1988) refere que a

negociação é uma interacção verbal, em que as partes apresentam propostas, contrapropostas e argumentações, tendo como objectivo a obtenção e estabelecimento de um acordo.

Neste trabalho entende-se por negociação como sendo todo um processo de interacção bilateral com vista concessões mútuas, na qual podem existir interesses comuns, complementares ou opostos, onde o objectivo é induzir, convencer a outra parte a mudar de sua posição original e aderir a novas propostas.

### **2.5.1.3. Reciprocidade**

De acordo Mauss (1974), o princípio da reciprocidade se caracteriza por três momentos dar, receber, retribuir. Neste sentido, a dádiva e a reciprocidade são momentos que se seguem num mesmo acto de troca. As relações de trocas se revertem também em solidariedade, o que passa a ser um princípio de obrigações mútuas.

Para Blau (1964), as interacções de reciprocidade se efectuem através de oferta de favores que criam futuras obrigações não especificadas, sendo a natureza da retribuição deixada a cargo daquele que deverá retribuir a troca entre duas partes, sejam de carácter económico ou social. A troca económica é realizada com base em um acordo, no qual se estipula o que será trocado (ou combinado) entre as partes, enquanto a troca social está assentada na confiança mútua, em obrigações não especificadas gerando entre os envolvidos um sentimento de obrigação pessoal, gratidão e confiança.

A reciprocidade cria um conjunto de papéis durante a sua efectivação, gerando a bipolaridade doador e receptor, e na sua interacção gera o sentimento de retribuição e obrigatoriedade. Entende-se que a norma de reciprocidade não só provoca a noção de débito no receptor como também leva o doador a desenvolver expectativas de retribuição por parte do receptor (Gouldner, 1960; Nova, 2000).

Este trabalho enfatiza a reciprocidade como sendo o princípio de troca de favores entre os indivíduos, que pode ser do ponto de vista económico ou social, originando os papéis de doador, receptor e retribuição, que se assenta na confiança mútua condicionando futuras obrigações, assim como propõem (Blau, 1964; Gouldner, 1960).

#### **2.5.1.4. Lazer**

Marcelino (2000), define o lazer como tempo livre, e ou disponível dos indivíduos, na qual tem a possibilidade de aderir ao prazer, propiciando as condições de descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social, de modo não isolado nessa ou naquela actividade, mas relacionado com as outras esferas da vida humana.

Na óptica de Dumazedier (1976) lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, gerando no indivíduo o carácter pessoal, onde as expectativas superam as necessidades.

De acordo com Gaelzer (1979) lazer é uma necessidade humana, que se caracteriza com a realização e satisfação do homem. Momento pelo qual o homem demonstra sua liberdade de modo a suprir suas necessidades emocionais complementares.

Nesta pesquisa entende-se por lazer momento pelo qual o indivíduo se dedica voluntariamente, em passar o tempo para repousar, divertir, recrear e se entreter, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações rotineiras, quer profissionais, familiares e sociais (Marcelino, 2000; Dumazedier, 1976).

A utilização dos conceitos acima discutidos neste trabalho ajuda-nos a compreender o problema do trabalho, na medida em que nos permite descrever o envolvimento das crianças em actividades que geram rendimentos. Daí a diferença deste estudo com a dimensão Psicológica que nada nos diz sobre as das estratégias de obtenção de renda levada a cabo pelas crianças, uma actividade que demonstra a iniciativa das próprias crianças com vista a suprirem determinadas necessidades.

### **3. Metodologia**

Nesta secção indicamos a perspectiva metodológica e descrevemos as etapas que acompanharam o processo de recolha de dados e obtenção da informação que nos permitiu as análises e conclusões deste estudo. Em relação à abordagem metodológica, adoptamos o método qualitativo. Esta abordagem é apoiada na ideia de Goldenberg (2004), ao afirmar que a metodologia qualitativa privilegia as particularidades do fenómeno e possibilita estudar as questões difíceis de quantificar como sentimentos, motivações, crenças, atitudes individuais, privilegiando a interacção entre o pesquisador e o objecto a ser pesquisado.

#### **3.1. Fases da Pesquisa**

A primeira fase consistiu na recolha de informação sobre o assunto em análise, a partir da revisão bibliográfica e documental junto às bibliotecas do (DAA, e a Central Brazão Mazula), adicionado com as consultas de relatórios, artigos consultados na internet ligado ao envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos. Nesta fase tínhamos como prioridade dominar a literatura e as investigações anteriores sobre a temática, e buscar encontrar vazios nas explicações e nas análises que até então prevaleciam, de modo a evidenciar na problematização.

Com os suportes teóricos, a segunda fase consistiu em fazer uma pesquisa exploratória no bairro de Maxaquene C, na qual estabeleci o contacto directo com as crianças que realizavam actividades de recolha de lixo. O trabalho de campo teve o começo no mês de Julho de 2014 até Novembro de 2015. No início da pesquisa a prioridade era observar e ouvir sobre algumas acções das crianças no decorrer das actividades. Depois de ver e ouvir, passamos a fazer questionamentos das motivações que estavam por detrás daquela actividade, buscamos nos aproximar e nos socializar e por fim escrever sobre eles. Esta óptica metodológica é defendida por Oliveira (2006) ao afirmar que o trabalho de um antropólogo consiste em ver, ouvir e escrever.

#### **3.2. Técnicas de selecção dos participantes de pesquisa**

Num primeiro momento, a escolha dos participantes não teve um critério pré-definido, porque em certa medida nos levaria a afirmação de que foram os recolhedores de lixo que nos

seleccionaram, escolhendo a nossa casa, para a recolha de lixo assim como ilustra a seguinte situação:

*“No dia 3 de Julho de 2014, pelas 9 horas estava sentado em minha casa vendo televisão, quando de repente ouvi baterem fortemente a porta, antes mesmo de responder, ouço no ressoar das palavras uma pergunta acompanhada pelo som da porta: tem lixo? As vozes de crianças alcançaram o meu ouvido. Abri a porta e um grupo de 7 meninos estava diante de mim. Eu respondi a eles, sim tem lixo. Mas me digam quem são vocês? (perguntei). Eles responderam somos os meninos que recolhem lixo no bairro. Queremos recolher lixo nesta casa e o tio nos paga. Perguntei quanto custa? Eles responderam: depende da quantidade de lixo que tiver, mais saiba que muito lixo é muita mola<sup>1</sup>, pouco lixo é pouca mola. No momento, fiz uma série de indagações comigo mesmo, será que aceito a ideia de pagar estes miúdos para recolherem o lixo? Se assim proceder, não estaria a contribuir para aquilo que se chama de ‘trabalho infantil’? Várias foram as questões que surgiram durante aquela interacção. Depois do encontro, várias teorias passavam em minha mente, tentando confrontar com aquela actividade levada a cabo pelas crianças (Diário de Campo, 03.07.2014) ”.*

Nos dias subsequentes familiarizamo-nos com o assunto, buscando conversar com elas, e tentando saber mais delas. Com o passar do tempo já me chamavam de ‘tio Ginok’, ‘amigo’, ‘brada<sup>2</sup>’, acrescentando a letra “G” no meu nome. Assim foi se desenvolvendo a amizade e confiança com as crianças recolhedoras de lixo. Deste modo, já havia seleccionado aquele grupo de recolhedores de lixo, como participantes da pesquisa.

Os nomes utilizados no trabalho, são fictícios e adaptados pelas próprias crianças recolhedoras, no sentido de proteger a real identidade dos participantes da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Expressão de uso corrente que serve designar dinheiro.

<sup>2</sup> Expressão de uso corrente que serve para designar amigos. Este termo deriva de uma modificação do termo inglês *brother*.

### **3.3. Método e técnica de recolha de dados**

#### **3.3.1. Método**

O método usado nesta pesquisa é a etnografia, feita a partir da observação directa e participante, que permitiram aprofundar certas questões nos possibilitando esclarecer aspectos que eram pouco claros ao longo da observação. Observação directa no momento em que detínhamo-nos a ver e ouvir. A observação participante ocorria quando nos envolvíamos nos trabalhos principalmente durante os momentos de lazer, nas partidas de futebol, e nas barracas jogando *game* “Teken<sup>3</sup>”. Estes momentos nos foram muito úteis pelo facto de podermos compreender, alguns aspectos do momento de lazer que até ao momento não nos eram perceptíveis, foi o caso de percebermos qual era a finalidade do dinheiro, durante as épocas festivas. Estes métodos foram usados tendo em conta a sugestão de Quivy & Campenhoudt (2005), ao afirmarem que a observação directa e participante são os métodos mais aprimorados da investigação social, porque permitem captar os comportamentos no momento em que elas se produzem em si mesmos.

A incursão etnografia foi feita nos moldes sugeridos por Peirano (1992), como um instrumento através do qual a ciência antropológica se afirmou e no qual irá garantir a sua sobrevivência, este é rito de passagem à qual os antropólogos em formação são submetidos, através do confronto ou dialogo sensível entre as teorias académicas e o campo, a realidade empírica.

#### **3.1.2. Técnicas**

Neste trabalho usou-se como técnicas de recolha de dados as entrevista semi-estruturadas e conversas informais. Durante o período em que encontrava no campo conversei e entrevistei os 7 participantes, que compõe o grupo dos recolhedores de lixo, todos do sexo masculino, com idades compreendidas entre 8 a 12 anos de idade. As entrevistas semi-estruturadas com os participantes eram feitas logo depois da actividade de recolha de lixo, sentados debaixo de uma árvore de mafurreira, os participantes falavam dos contornos e das experiências por detrás da recolha de lixo. As conversas informais eram feitas quase em todo momento, desde a recolha, no

---

<sup>3</sup> Nome dado pelos recolhedores de lixo a um aparelho electrónico, o qual para seu funcionamento é necessário que se introduza uma moeda de 5mtn.

caminho em direcção ao contentor de lixo e nos momentos de lazer, jogando futebol, e *game* nas barracas. Esta técnica é sugerida por Richardson (1999), ao dizer que as entrevistas semi-estruturadas possibilitam captar atitudes, motivações e opiniões acerca dos entrevistados. Para Marconi & Lakatos (2003), através desta técnica o pesquisador tem liberdade de desenvolver cada pergunta em qualquer direcção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal

### **3.2. Constrangimentos durante a pesquisa**

No decorrer do trabalho de campo nos deparamos com dois constrangimentos significativos, o primeiro deriva do não domínio da língua Xi-changana pelo pesquisador e o segundo tem haver desconfiança por parte de alguns moradores do bairro em relação as reais intenções do pesquisador. Em relação ao não domínio da língua Xi-changana, verificava-se frequentemente que os participantes da pesquisa durante as conversas informais faziam uso de algumas palavras na língua Xi-changana, facto que em momentos eufóricos, em que um dos participantes soltava uma palavra na língua Xi-changana, todos se punham a rir, o pesquisador mantinha-se indiferente diante daquela situação. Não só pelo facto de não poder participar dos momentos eufóricos e esporádicos, mas também porque compreendendo que as palavras carregam consigo núcleos de significados, que entendidas servem de pistas para compreensão de determinadas situações. Por outro lado a desconfiança por parte de alguns moradores do bairro em relação as reais intenções eram frequentes durante as observações participantes, pois alguns moradores achavam que o pesquisador estava ali para extorquir o dinheiro dos recolhedores. Várias vezes fui abordado pelos moradores, sobre o que o pesquisador fazia sempre ao lado dos recolhedores. Certa vez um dos recolhedores nos disse que uma das moradoras queria controlar se o tio Ginok não ia ficar com nosso dinheiro, por isso nos acompanhou até ao mercado. Para evitar esta desconfiança tive que adoptar a postura de me apresentar previamente, uma atitude que por um lado resolve o problema, por outro lado cria um novo problema, uma vez que após as apresentações, a interacção entre os recolhedores e os moradores não fluía “naturalmente”, condicionada pela presença de um desconhecido e aspirante à Antropólogo.



## **4. Do lugar etnográfico e resultados da pesquisa**

### **4.1. Caracterização sociodemográfico do local da pesquisa**

O bairro de Maxaquene C, localiza-se na periferia da cidade de Maputo, a Norte é limitado a pelo bairro de Maxaquene “D”, a Sul pelo bairro de Malhangalene “B”, a Este pelo bairro da Polana Caniço e a Oeste pelo bairro de Maxaquene “B”. O bairro pertence ao Distrito Urbano nº 3 Ka-Maxaquene.

De acordo com os dados do II RGH de 1997, o bairro possui 18.790 habitantes, distribuídos na ordem de 9.186 Homens e 9.604 Mulheres. A dimensão dos agregados familiares aumentou de 5,7 para 6,1 indivíduos, e este número situa-se acima da média nacional de 4,8 indivíduos por agregado. Em Maxaquene C, os agregados familiares, na sua maioria são compostos por 4 a 9 indivíduos, que vivem numa casa principal de alvenaria tipo 2. Na mesma casa vivem o chefe de família, que é o pai, a esposa, os filhos, primos ou irmãos do chefe de família ou da respectiva esposa, uma vez que as famílias geralmente obtêm o seu sustento simultaneamente do espaço urbano (INE, 2003).

Em relação as condições de habitação, verifica-se alguma melhoria, também na prestação de serviços de infra-estruturas básicas, mas as condições são ainda precárias. De acordo com o IAF, a proporção de casas com telhados de colmo reduziu para metade ao passo que os telhados de zinco duplicaram. Do mesmo modo, a proporção de habitações com paredes de blocos de cimento aumentou, verificando-se uma acentuada redução no número de habitações feitas com palha (*idem*).

No que diz respeito a educação e emprego, verifica-se aumento em taxas de literacia de cerca de 20 pontos percentuais no período 1997–2003, e a frequência escolar quase dobrou, durante o mesmo período, de 49% em 1997, para 87%, em 2003. As tendências de emprego também têm melhorado ainda que não significativamente, com a proporção de população urbana activa a subir de 49,1% em 1997, para 59,2%, em 2003 (*idem*).

Relativamente aos pais e encarregados de educação dos participantes da pesquisa, desempenham funções diversificadas, uns comerciantes, outros funcionários do Aparelho do Estado e os restantes funcionários dos sectores privados e domésticos.

## 4.2. Perfil dos Participantes

A seguir faremos a apresentação de cada participante da pesquisa:

Estevinho: tem 9 anos de idade nasceu em Maputo. O pai faleceu e a sua mãe vive na África do Sul. Actualmente vive no Bairro de Maxaquene C, em casa da tia, irmã da mãe. Com ele moram juntas 6 pessoas, 5 primos e a tia. A tia faz negócios, vendem produtos alimentares no mercado do bairro, ela é quem garante alimentação em casa. Faz actividades de recolha de lixo desde os 8 anos de idade, com objectivo de comprar bombas (spider, dragon, paixões, foguetes)<sup>4</sup>, ou de poder jogar “Tekken” nas barracas do mercado.

Ernestinho: tem 9 anos de idade, nasceu na Katembe, frequenta a 3ª Classe na Escola Primária do Kurula. Vive com o pai e mãe e mais 4 irmãos. Reside actualmente no bairro de Maxaquene C. O pai trabalha como guarda, a mãe faz trabalhos domésticos, e tem uma banca em casa onde vende pequenos produtos alimentares. Faz actividades de recolha de lixo desde os 7 anos, sempre que não tem dinheiro para jogar *game*.

Paito: tem 10 anos de idade, nasceu em Maputo, frequenta a 4ª Classe na Escola Primária do Kurula. Vive no bairro de Maxaquene C, somente com a mãe e 2 irmãos. O pai faleceu quando ainda tinha 7 anos. A mãe tem um salão de cabeleiro em casa, que é a fonte de rendimento da casa. Aos 8 anos começa a fazer actividade de recolha de lixo, de modo a comprar discos de *game* e bombas.

Tião: tem 8 anos de idade, nasceu em Inhambane, frequenta a 2ª Classe na Escola Primária de Ka-Maxaquene. Actualmente vive no bairro de Maxaquene C juntamente com o pai, a mãe e sua irmã mais velha. O pai é estivador, a mãe é trabalhadora doméstica e vendedora de frutas no quintal da casa. Está a um ano na actividade de recolha de lixo, porque segundo ele, recolher lixo dá muito dinheiro “*para fazer o que quero*”.

Caló: tem 8 anos de idade, nasceu em Maputo, frequenta a 2ª Classe na Escola Primária de Kurula, residente do bairro de Maxaquene C, portanto, mora com o pai, a mãe, e 1 irmão mais

---

<sup>4</sup> Designação dada pelos recolhedores de lixo ao conjunto de pequenos fogos de artificios.

velho, e 5 primos. O pai tem como profissão Polícia, a mãe tem uma mini barraca, que produz sorvete. Também está a um ano a recolher o lixo, com vista a ter mais dinheiro que lhe permita comprar qualquer coisa que lhe apraz.

**Fothi:** tem 10 anos idade, nasceu em Maputo, frequenta a 5ª Classe, é morador do bairro de Maxaquene C, vive com seu padrasto e sua mãe, tem 3 irmãos que moram juntos com ele. O padrasto é professor, e a mãe é revendedora de produtos alimentares no Mercado do Fajardo. Começou a recolher o lixo aos 7 anos de idade, porque segundo ele, *“é forma mais rápida de ter mola para comprar bombas, e jogar game.”*

**Miro:** tem 12 anos de idade, nasceu em Gaza, frequenta a 6ª Classe, é residente no bairro de Maxaquene C com sua mãe, os seus pais estão separados. Na casa vivem 2 tios, irmãos da mãe, o avo, e também com ele vive um primo. A mãe dá aula no infantário, e um dos tios é motorista de mini-bus escolar. Aos 9 anos entra na actividade de recolha, junta-se aos amigos porque eles tinha sempre dinheiro para jogar *game*, e ele precisava também de jogar.

#### **4.3. Resumo dos perfis**

A partir da visualização dos perfis de cada participante fica claro que todos entram na actividade de recolha de lixo com vista a suprirem determinadas necessidades, na qual sobressai a necessidade do lazer e a diversão. Tem em comum o facto de na maior parte deles, ter apenas um dos pais ou encarregados a trabalhar, por sua vez, quase todas as mães ou encarregadas fazem um negócio, de modo a participar na renda caseira. Em relação ao ano de começo da actividade de recolha de lixo, é possível verificar que elas começaram no intervalo de 7 a 9 anos de idade, inicialmente.

#### **4.4. Descrição da Rotina**

De 2ª a 6ª feira as actividades começam sempre quando Estevinho acorda as 6hrs e lava os dentes, depois vai para a casa de Caló e juntos passam para casa de Ernestinho. Daí partem para as barracas do mercado, onde ficam a espera de Miro, Paito e Tião. Fothi não faz parte dessa primeira equipa da manhã, uma vez que ele entra na escola as 6hrs da manhã. Equipa da manhã

completa é composta por 6 recolhedores, que avançam em direcção a outra zona, esta distinção de zona é feita a partir da separação que a estrada faz, dividindo os quarteirões.

Após atravessarem a estrada, juntos vão bater as portas de cada casa e perguntam se há lixo, e fazem a proposta de recolherem lixo sob garantia de serem pagos para o efeito. Há casas em que não passam, pelo facto de, segundo eles, essas casas nunca têm lixo para ser recolhido, e passar por lá seria uma perda de tempo. Quando a casa tem lixo, eles fazem a negociação do preço, que consiste em ver a quantidade do lixo com base no número de sacos plásticos que contem o lixo, quanto maior for o lixo, maior será o dinheiro. Eles também medem a distância da casa ao contentor de lixo. Nesse sentido quanto maior for a distancia da casa ao contentor, maior será o preço, e se for menor, o critério de negociação será apenas a quantidade dos plásticos contendo o lixo.

Quase todos os moradores que aceitavam a recolha, recomendavam que o lixo fosse depositado no contentor de lixo, mas em algumas casas distantes os recolhedores depositavam-no em becos próximos da esquina, alegando que ir até ao contentor, levaria muito tempo. Em relação a modalidade de pagamento, normalmente usavam duas vias, pagos depois da recolha, e pagos na altura da recolha. Certas vezes lhes prometiam pagar em outro momento, há situações em que os próprios recolhedores pediam emprestado disco de jogos de game.

Normalmente as actividades começam as 6hrs até as 12hrs, mas nesse intervalo, o número de recolhedores ia reduzindo, porque as 10hrs, Caló, Tião, Paito, Ernestinho cessavam actividade e iam para escola. Na sequência ficava apenas Estevinho e Miro, que vão até as 12hrs, momento em que se dava por terminado a actividade. Dias há em que no período da tarde a equipa era composta por Estevinho e Fothi, que recolhiam das 12 horas até as 15hrs, com uma rotina de actividades similares do período da manhã. Nos finais de semana (sábado e domingo) fazem a recolha de lixo todos os 7 recolhedores completos, portanto enquadradas na rotina das 7hrs às 10hrs, porque no período da tarde dedicam aos jogos de futebol no campo do bairro.

#### **4.4.1. A finalidade do dinheiro**

Nos meses de Novembro e Dezembro, logo depois de receberem o dinheiro da recolha, o passo a seguir é irem para uma barraca onde vendiam bombas, foguetes e paixões. No período da noite, das 17hrs às 18hrs, retornavam ao quarteirão, onde pela manhã recolheram o lixo. Com as bombas nas mãos os recolhedores começam a fazer as explosões. Procuram os becos de modo a se esconderem e vão lançando os explosivos para a rua e isso lhes trás satisfação. De Fevereiro a Outubro, o dinheiro é aplicado nos jogos de game nas barracas que se encontram no mercado do bairro.

Mais detalhes sobre os contornos da actividade de recolha de lixo serão apresentados na secção que encerra a discussão dos resultados.

## 5. Discussão dos Resultados

Nesta secção a discussão será feita a partir do diálogo entre as teorias, os modelos normativos pragmáticos que analisam o agenciamento das crianças, com enfoque no envolvimento das crianças em actividades que geram rendimentos e os resultados da prática do quotidiano no contexto pesquisado. Para tal, faremos o debate em quatro momentos, onde em cada parte nos propomos a discutir um assunto específico. No primeiro momento discutiremos sobre a autonomia das crianças, de seguida abordaremos a capacidade de negociação. No terceiro momento a discussão centrar-se-á nas relações de reciprocidade e por último analisaremos a dimensão e a pertinência do lazer na vida das crianças.

### 5.1. Autonomia das Crianças

A psicologia do desenvolvimento humano defende que a criança se encontra num estágio de maturação física, psicológica e moral, determinados pelo aparato genético e biológico. Neste período, ela depende totalmente dos adultos a sua volta. A medida que cresce, reduz a dependência em certa medida., Segundo esta abordagem é só na fase adulta que os indivíduos buscam construir os seus próprios valores, tornam-se independentes, se posicionam como sujeitos autónomos (Papalia, 1981; Bee, 1997). Com base nesta abordagem, visualizamos uma criança completamente dependente dos adultos, todavia esta dependência é determinada pelo seu aparato biológico. Entretanto, os dados de campo refutam esta visão. Como ilustra a seguinte conversa que tive com uns participantes da pesquisa:

*“ Tio, esta bolada<sup>5</sup> de recolher lixo, não pode pensar que é para ser meu job<sup>6</sup> de verdade, isso para mim é um biscato<sup>7</sup>, faço as vezes quando estou mal, quero jogar mas estou sem mola, principalmente quando minhas tias não me dão mola, eu não tenho como, devo procurar maneira de ter mola para jogar game com os*

---

<sup>5</sup> Expressão de uso corrente que serve para designar trabalhos ocasionais, nomeadamente a actividade de recolha de lixo, no caso restrito.

<sup>6</sup> Expressão de uso corrente que serve para designar trabalho. Deriva do termo inglês Job.

<sup>7</sup> Termo de uso corrente que serve para designar trabalhos feitos de forma ocasional.

*bradas, então eu venho recolher lixo ” (Estevinho, 9 anos recolhedor, 04.11.2014).*

O excerto acima demonstra que a actividade de recolha de lixo se enquadra na estratégia individual encontrada pela criança de modo a obter renda para se divertir no jogo de Game com os amigos. A mesma revela autonomia por parte da criança, ao se embrenhar na busca de satisfação de suas necessidades. Uma autonomia que se enquadra nas definições de Mogilka (1999) e Deci & Ryan (2000), quando afirmam que é a capacidade dos indivíduos em tomarem decisões e definirem as suas próprias regras e limites, sem que estas precisem ser impostos por outros, representando assim a determinação própria em agir.

Um comentário semelhante feito por outro participante mostra que esta actividade é feita sem o conhecimento dos pais e encarregados de educação. Como se vê a seguir:

*“Esta cena<sup>8</sup> para mim é bolada, nem meu pai nem minha sabem dessa bolada de lixo, e nunca devem saber porque no dia em que souberem são porradas<sup>9</sup> que não acabam. Por isso eu sempre espero ele ir ao serviço e minha mãe ir ao mercado, para eu vir começar a recolher, é por isso que eu não recolho o lixo na minha zona, para não me encontrarem com a minha mãe” (Ernestinho, 9 anos recolhedor 06.11.2014).*

A explicação com base na socialização defende que o envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos se enquadra no mecanismo encontrado pelos pais e encarregados de educação de modo a inculcar nas crianças responsabilidade para a vida adulta, dando a entender que as crianças incorporam normas sociais que estruturam e determinam o seu envolvimento em actividades que geram rendimentos (Campos & Debortoli, 2007; Durkheim, 1983). O excerto acima põe em causa essa explicação, uma vez demonstrar que a actividade de recolha de lixo, é feita pelas crianças como fonte de obtenção de renda a revelia dos pais e encarregados de educação. Desse modo os dados reforçam o argumento defendido por Corsaro & Miller (1992),

---

<sup>8</sup> Gíria de uso corrente que serve para designar algo em substituto do pronome demonstrativo “isto”.

<sup>9</sup> Expressão de uso corrente que serve para designar agressão física.

ao concluírem que o envolvimento das crianças se enquadra na participação na vida social, não como uma questão de adaptação nem de interiorização, mas como um processo de apropriação, de inovação e de reprodução das mesmas.

Nesse sentido, os dois excertos acima evidenciam que a actividade de recolha de lixo no bairro de Maxaquene C, feita pelas crianças, expressa autonomia por parte desses, na medida em que se enquadra nas estratégias individuais de contornarem o vazio deixado pela falta de renda familiar para satisfação das necessidades do lazer das crianças. Uma acção que é feita a revelia dos pais e encarregados de educação. Este argumento coincide com a proposta de Honwana e De Boeck (2005) ao afirmarem que no quotidiano as crianças demonstram o seu activismo através da capacidade de acção e participação activa ao nível familiar, social e económico, mesmo nas situações mais adversas.

## **5.2. Capacidade de Negociação**

A teoria da psicologia da infância defende que a criança não possui a capacidade de estabelecer sua identidade, nem relações estáveis, do mesmo modo não tem a capacidade de assumir compromissos, ser independente economicamente. Segundo esta abordagem estas capacidades são atingidas na fase adulta (Osório, 1992). Sobre este ponto, os dados do campo evidenciam o contrário, conforme se demonstra na seguinte situação:

*“Paito, chegou numa das casas do bairro, bateu a porta e gritou perguntando: tem lixo? De seguida ouviu-se uma voz vinda dentro do quintal que respondeu: sim tem. O morador adiantou em dizer que tinha apenas 5mtn. Paito lhe disse, deixa-me ir confirmar primeiro o lixo, de imediato correu em direcção a lixeira da casa. Voltou de lá com dois sacos plásticos cheios de resíduos sólidos, começou a falar, tio hoje não tem como, esta mola é muito pouca, deves aumentar. Se me dares somente 5mtn, eu vou deixar este outro plástico aqui, mas se aumentar mais 5mtn para completar 10mtn, eu prometo levar os dois plásticos, e vou recolher também esses papéis que estão na sua porta, será bacela<sup>10</sup>. O*

---

<sup>10</sup> Expressão de uso corrente que se refere à acção de receber bónus durante uma transacção.



*morador entrou na casa e voltou com mais 5mtm, e disse, esta aqui, aumente esse dinheiro aí” (Paito, 10 anos recolhedor, 03.08.2015).*

Uma situação semelhante se deu com Tião, veja no excerto abaixo:

*“Tião foi para uma casa recolher lixo, a dona de casa lhe mandou recolher todo lixo que estava na lixeira. Quando Tião viu o lixo, disse para a dona: muito lixo é muita mola! A dona perguntou: quanto queres? Ele disse 20mtn, ela exclamou: humm, é muito. Ele reagiu dizendo que deve ser 20mtn, pelo facto de ele fazer duas vezes a trajectória de casa para a lixeira. A primeira trajectória com dois plásticos na mão custa 10mtn, a segunda custa também 10mtn, por isso eu disse 20mtn. Tião continuou dizendo: a lixeira fica longe daqui. Ela concordou com ele, mas sob a condição de ele ser pago depois de terminar de tirar todo lixo. Ele saiu correndo com os sacos plásticos contendo o lixo, quando terminou recebeu os 20mtn” (Tião, 8 anos, recolhedor, 24.08.2015)*

Os excertos acima põem por terra a visão da psicologia infantil, que afirma que a criança não tem capacidade de estabelecer sua identidade, compromissos, relações estáveis e ser independente economicamente. Porque com base nos excertos visualiza-se a capacidade de negociação das crianças durante a actividade de recolha de lixo, onde diante dos interesses opostos, de um lado as crianças e do outro, os moradores bairro (clientes). No processo da negociação as crianças conseguem convencer a outra parte a mudar de posição e aderir as suas propostas. Esta capacidade de negociação se enquadra na definição de Steele, Murphy e Russill *apud* Panoso (2000), na qual percebem negociação como sendo o acto de fazer e obter concessões entre partes envolvidas numa interacção. A mesma ocorre de forma positiva quando as partes realizam trocas entre si, em que, por vezes, uma das partes recorre a persuasão de modo a alcançar um acordo forçado, beneficiando também, por vezes, uma das partes envolvidas na interacção.

De forma mais amplas os dados vem reforçar a ideia defendida por Dahlberg et all (2003) e Cohn (2005), ao afirmam que dentro do contexto socialmente construído, a criança assume activismo em diferentes esferas, demonstrando que possui identidade social e pessoal. As crianças através das relações sociais estabelecidas actuam activamente com os adultos e outras crianças,

consolidando papéis importantes nestas relações, não como adulto em miniatura, mas como um ser que é capaz de interagir e formular sentido sobre o meio social em que se encontra.

### **5.3. Relações de Reciprocidade**

Os modelos normativos ancorados pela teoria da psicologia do desenvolvimento advogam que o envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos se materializa através da exploração, neste sentido, as crianças em função do seu aparato biológico, são exploradas a trabalhar. Fundamentam ainda que as crianças no decorrer da actividade não têm capacidade de estabelecer uma relação de reciprocidade (Unicef *Moçambique*, 2010; Unicef *Quénia*, 2012; Osório, 1992). Porém, os dados do campo rebatem esta visão, conforme se demonstra a seguir:

*“Nem sempre as pessoas nos dão dinheiro, há dias que depois de recolher o lixo eles dizem não ter dinheiro na hora para pagar. Uma vez não me deram dinheiro, mas me deram por emprestado discos de games que tinham em casa deles para eu ir jogar em casa” (Miro, 12 anos recolhedor, 06. 11. 2014)*

Uma situação similar relata outro participante:

*“Um dia recolhi lixo e não tinham dinheiro para me pagarem, mandaram-me voltar outra hora. Quando fui para lá encontrei a dona de casa na sala a assistir TV, e um puto no sofá a assistir filme no computador. A dona me mandou entrar, entrei, e fui assistir filme com o puto<sup>11</sup> no sofá. Depois o puto pôs game e ficamos a jogar até a tarde, sai de lá quase a noite” (Fothi, 8 anos, recolhedor, 06.11.2014)*

Os excertos acima mostram que na actividade de recolha de lixo existe relação de reciprocidade, que se efectua através de troca de favores entre as crianças e os moradores, uma troca que não se limita à dimensão económica apenas, criando uma relação de confiança entre as partes, na medida em que os moradores dão por emprestados seus discos de *games* às crianças recolhedoras de lixo do bairro de Maxaquene C. A mesma se materializa através das responsabilidades e obrigações mútuas, na medida em que a criança recolhedoras de lixo teve acesso à casa, e ao convívio com o filho de casa. Esta concepção de reciprocidade é defendida por Mauss (1974) e

---

<sup>11</sup> Expressão de uso corrente que serve para designar criança

Nova (2000), ao argumentarem que o princípio da reciprocidade se caracteriza por três momentos dar, receber, retribuir. Nesse sentido as relações de reciprocidade se revertem em solidariedade, que gera o sentimento de retribuição e obrigações mútuas.

A situação a seguir nos elucida uma outra dimensão da reciprocidade:

*“Certo dia eu estava a passar do mercado, depois uns molwenes<sup>12</sup> me agarraram e queriam me bater no mercado, de repente veio um tio, que eu recolho lixo em casa dele, assustou aqueles bandidos, e os gajos<sup>13</sup> saíram a correr, e o tio me acompanhou até perto da minha casa.” (Caló, 8 anos, recolhedor, 06.11.2014).*

O excerto acima demonstra a reciprocidade na dimensão das obrigações e responsabilidades sociais, uma vez que o morador (cliente) vendo a situação desfavorável da criança recolhadora, sentiu-se obrigado e responsabilizado em ajudar. Esta ideia de reciprocidade se encaixa nas definições de Blau (1964) e Gouldner, (1960), quando abordam que as interações de reciprocidades criam futuras obrigações não especificadas, sendo a natureza da retribuição deixada a cargo daquele que deverá retribuir a troca entre duas partes, pode ser económica ou social. A troca social se assenta na confiança mútua, em obrigações não especificadas, gerando entre os envolvidos, sentimentos de obrigação pessoal, gratidão e confiança.

De modo contundente os dados demonstram que a actividade de recolha de lixo levada a cabo pelas crianças é sustentada pelas relações de reciprocidade, na medida em que esta actividade se efectua nos moldes da troca de favores entre as crianças e os moradores do bairro (Clientes), favores estes, que vão para além do dinheiro, carregando consigo responsabilidades e obrigações sociais mútuas, que criam, em última instância, a confiança entre as crianças e os moradores. Este argumento reforça o que já havido sido referenciado por Cohn (2005), ao argumentar que as crianças nas interações com os adultos e outras crianças estabelecem e consolidam papéis importantes nestas relações, pois actuam como um ser que é capaz de interagir.

---

<sup>12</sup> Expressão de uso corrente que serve para designar indivíduos marginais, de conduta duvidosa.

<sup>13</sup> Expressão de uso corrente que serve para designar pessoas, indivíduos

#### 5.4. Momentos de Lazer

De acordo com os modelos normativos, todas as crianças que se envolvem em actividades que geram rendimentos enfrentam as piores formas de trabalho. No alcance endógeno destes pressupostos legais estas crianças sofrem ou podem vir a sofrer problemas psicológicos, são mais propensas do que outras crianças a ter insónia, e depressão, entre outras patologias, pelo facto do trabalho roubar-lhes o tempo para se divertirem e usufruírem da sua infância, como crianças (Unicef *Quénia*, 2012). Entretanto, os dados do campo põe em causa esta visão, como se ilustra a seguir:

*“Sempre quando nos pagam, nós levamos a mola e vamos comprar paixão, foguetes, bombas spider. Durante a noite, nos preparamos para ir bombardear na outra zona. Não podemos bombardear na nossa zona porque aqui nos conhecem e vai ser fácil nos encontrar. Então começamos a bombardear nos becos, esperamos quando as pessoas estão a passar nos becos para depois explodirmos os foguetes, quando explode, as pessoas se assustam e nós começamos a rir”* (Estevinho, 9 anos, recolhedor, 04.11.2014).

O excerto acima demonstra que logo depois das actividades, os recolhedores se livram das actividades rotineiras e se dedicam à diversão, nesse caso o “bombardeamento” nos becos das zonas. O mesmo se enquadra na sugestão de Marcelino (2000) e Dumazedier (1976) ao afirmarem que o lazer é momento pelo qual o indivíduo se dedica voluntariamente em passar o tempo para repousar, divertir, recrear e se entreter, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações rotineiras, quer profissionais, familiares ou sociais.

*“Uma vez, depois de me darem minha mola fui comprar bomba spider e dragon, fui me esconder no mercado, fiquei a espera de carros passarem, para eu poder lançar a bomba debaixo do carro. Um dia lancei bomba debaixo do carro da Policia, gramei<sup>14</sup> maningue<sup>15</sup> porque eu não tenho medo dos polícia, mas tive que sair do mercado a correr para casa, porque tinha algumas pessoa que me conheciam e me viram a lançar”* (Ernestinho, 9 anos, recolhedor, 06.11.2014).

---

<sup>14</sup> Expressão de uso corrente que expressa satisfação, (o mesmo que gostei).

<sup>15</sup> Expressão de uso corrente que serve para quantificar (o mesmo que muito).

Uma situação idêntica mostra a diversificação dos momentos de lazer durante o ano feito pelas crianças recolhedoras de lixo do bairro de Maxaquene C:

*“As bombas, os foguetes e as paixões, nós compramos em Novembro e Dezembro, dias perto do fim do ano. Agora como não estamos no fim do ano através do dinheiro da bolada, eu uso para jogar game nas barracas, o jogo de Tekem custa apenas 5mtn, basta você introduzir uma moeda de 5mtn você já pode jogar” (Paito, 10 anos, recolhedor, 03.08.2015).*

Com base nos excertos acima, verifica-se que o momento do “bombardeamento” promove satisfação nas crianças. O mesmo passa a ser construído como uma necessidade de tal importância na vida das crianças, por essa razão, para cada momento do ano, há uma diversão específica que preenche a necessidade de lazer das crianças recolhedoras. Quanto esse aspecto, o lazer como momento de satisfação, o mesmo é defendido também por Gaelzer (1979) e Dumazedier (1976), ao afirmarem que o lazer é uma necessidade humana, que se caracteriza pela satisfação e realização do homem. Momento pelo qual o indivíduo demonstra a sua liberdade de modo a suprir suas necessidades emocionais complementares, circunstâncias em que as expectativas superam as necessidades.

Os dados evidenciam que o lazer é uma dimensão, senão, categoria valorizada pelas crianças, na medida em que depois de se livrarem da actividade rotineira, nomeadamente a recolha de lixo, sempre se dedicam em passar o tempo se divertindo. Uma situação que se aproxima aos argumentos de Gomes (2004) e Colonna (2012), quando defendem que é a partir desta relação entre trabalho e brincadeira, que se notabiliza a capacidade que as crianças têm em vivenciar os desafios do quotidiano de forma divertida. Para as crianças, o lazer é extremamente importante, pois buscam desfrutar, mesmo diante de oposições circunstanciais (de um lado escassez e pobreza familiar, por outro lado leis, decretos, normas) por vezes adversas, elas agem e expressam-se de acordo com as suas necessidades, atropelando por vezes as normas pré-estabelecidas.

## **5.6. Implicações nos Modelos Normativos Pragmáticos**

Em relação ao envolvimento das crianças em actividades que geram rendimentos, os modelos normativos pragmáticos preconizam que o trabalho infantil é toda e qualquer actividade laboral desenvolvida por pessoas com idade inferior aos 15 anos, sujeita ou não a remuneração. A expressão “trabalho de menores”, à luz dos instrumentos jurídicos de Moçambique, abarca o trabalho realizado por aqueles que ainda não atingiram a maioridade civil (cifrados aos 18 anos), e que já tenham completado a idade mínima (15 anos) para admissão ao emprego, segundo a OIT (2013).

Todavia, na constituição da República de Moçambique, no seu Artigo 47, referente aos direitos da criança, está plasmado que as crianças têm direito à protecção e aos cuidados necessários com vista ao seu bem-estar. Na mesma constituição, fazendo menção a Carta Africana dos Direitos da Criança, no que diz respeito ao direito do lazer infantil, sustentam que a criança tem o direito ao repouso e aos tempos livres, a se engajar em jogos e outras actividades recreativas próprias da sua idade e de livremente participar na vida cultural e artística (Constituição da República, artigo 47).

A realidade moçambicana é complexa e extravasa ao mero controlo das leis, sendo que está caracterizada por diversas particularidades sociais que podem condicionar a tentativa de implementação dessas normas, decretos de regulamentação de comportamento. Neste âmbito, não são todas as famílias que conseguem suprir as necessidades correntes dos filhos. Em muitas famílias, por razões, económicas, políticas estruturais, estas necessidades não são supridas na sua totalidade, principalmente as que têm a ver com lazer, prazer e diversão. É neste grupo que se enquadram as crianças recolhedoras de lixo do bairro Maxaquene C.

A actividade de recolha de lixo levada a cabo por elas, é um mecanismo de obtenção de renda de modo a suprir o direito ao lazer, plasmados nos decretos, de leis inscritas nos modelos normativos pragmáticos vigentes no país. Diríamos que legalmente é uma acção legítima, pois, é um direito que não esta sendo garantido pelo Estado, família e nem pela sociedade civil, contudo, constitui uma acção paradoxal, na medida em que há o envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos, pese embora diante dos decretos, normas e leis estas são chamadas de

“trabalho infantil”. O trabalho de recolha de lixo demonstra o agenciamento das crianças na tentativa de suprirem as suas necessidades garantidas pelas leis, apesar da mesma não estar em conformidade com as normas pragmáticas advogadas globalmente com vista a protecção das crianças.

### **5.7. Problematizando os objectivos, as hipóteses da pesquisa e resultados observados**

Tomando em consideração os resultados observados, podemos aferir que os objectivos do trabalho foram alcançados. No ponto em que nos propusemos em compreender como é feito o envolvimento das crianças no suprimento das necessidades garantidas pelas leis, mas negligenciadas pelas circunstâncias, percebemos que as crianças accionam suas estratégias para obtenção de renda, através da actividade de recolha de lixo no bairro Maxaquene C, com vista a suprirem as suas necessidades.

No que tange a problematização da questão do agenciamento tendo como foco as crianças como sujeitos do processo, os dados do campo permitem-nos dizer que a criança é agente activa no seu quotidiano evidenciando-se no envolvimento da mesma em actividades que geram rendimentos, cujo engajamento nestas actividades se reproduzem nos moldes de autonomia, capacidade de negociação, relações de reciprocidade e do lazer. Daí que actividade de recolha de lixo feitas pelas crianças expressa autonomia por parte delas, na medida em que se enquadra nas estratégias individuais de contornarem o vazio deixado pela pobreza familiar, de modo a satisfazerem a necessidade do lazer. Uma acção que é feita a revelia dos pais e encarregados de educação. A capacidade de negociação se vislumbra durante actividade de recolha de lixo, onde diante dos interesses opostos, de um lado, das crianças e do outro, dos moradores bairro (clientes). Por essa via as crianças conseguem convencer a outra parte a mudar de posição e aderir as suas propostas. As relações de reciprocidade sustentam a actividade de recolha de lixo, uma vez que esta actividade se efectua no âmbito da troca de favores entre as crianças e os moradores do bairro (clientes), favores estes, que vão para além do dinheiro, carregando consigo responsabilidades e obrigações sociais mútuas, que geram confiança entre as crianças e os moradores, proporcionando em última instância o lazer, na medida em que depois das crianças se livrarem da actividade rotineira de recolha de lixo dedicam-se em passar tempo divertindo-se, nomeadamente jogando *game*, ou lançando foguetes e “bombardeando” os becos do bairro.

No ponto em que nos propusemos em analisar o dilema vivenciado pelas crianças na tentativa de suprirem as suas necessidades, na medida em que preambulam no limiar entre os direitos e os deveres, os resultados observados reforçam essa acção paradoxal, pelo facto de, por um lado, temos a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada pela ONU em 1959, a Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança, aprovada pela UA em 1990, (documentos ratificados pelos Estado Moçambicano), no qual se verifica através do Artigo 14 da Constituição da República Moçambicana, que prescrevem o direito ao lazer infantil sustentando que à criança tem o direito ao repouso e aos tempos livres, a se engajar em jogos e outras actividades recreativas próprias da sua idade e de livremente participar na vida cultural e artísticas. De outro lado temos a realidade moçambicana caracterizada pela escassez e pobreza, por esta situação, muitas são as famílias que por razões económicas e políticas estruturais, não conseguem satisfazer estes direitos, principalmente os que têm a ver com lazer, prazer e diversão.

Este panorama dá espaço para que se verifique com muita facilidade a dimensão do agenciamento da criança, onde, por essa via, engajam-se em actividades que geram rendimentos com vista a suprirem as necessidades atinentes ao lazer, prazer e diversão. Uma actividade que entra em choque com os modelos normativos pragmáticos que inibem o envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos, pois, estas normas prescrevem que o trabalho infantil é toda e qualquer actividade laboral desenvolvida por pessoas com idade inferior a 15 anos, sujeita ou não a remuneração. A expressão “trabalho de menores”, à luz dos instrumentos jurídicos de Moçambique, abarca o trabalho realizado por aqueles que ainda não atingiram a maioridade civil (cifrados aos 18 anos), e que já tenham completado a idade mínima (15 anos) para admissão ao emprego, segundo a OIT (2013).

Os resultados observados no campo confirmam a hipótese já avançada neste trabalho, a qual sugeria que apesar dos pressupostos da psicologia de desenvolvimento caracterizar a criança como agente passiva, condicionada pelo seu aparato biológico, e os modelos normativos pragmáticos compostos pelos decretos e convenções internacionais inibirem a participação das crianças em actividades que geram rendimentos, entretanto, neste contexto específico verificou-se que a actividade de recolha de lixo efectuada pelas crianças no bairro de Maxaquene C, se



enquadra no mecanismo subsidiário accionado por elas com vista à satisfação das suas necessidades. Esta situação é derivada pelas limitações das capacidades familiares em providenciar meios de modo a suprir as necessidades das crianças, sendo que, por este facto, tem se evidenciado o agenciamento activo por parte das crianças.

## 6. Considerações Finais

O trabalho analisou o agenciamento da criança com enfoque para envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos, tendo como cerne de reflexão a experiência do quotidiano das crianças recolhedoras de lixo no bairro da Maxaquene C. Durante a revisão bibliográfica duas perspectivas se destacam na análise do assunto. O primeiro grupo se apoia nos pressupostos da psicologia do desenvolvimento humano, que encara as crianças como sujeitos em estágios de maturação, defendendo, por conseguinte, que o envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos se materializa através da exploração. Neste sentido, as crianças são exploradas por pessoas que na sua maioria são adultas, ou grupos organizados que se aproveitam da passividade das crianças e retiram delas o maior proveito possível (Papalia, 1981; Osório, 1992; Bee, 1997; OIT, 2013; Unicef *Moçambique*, 2010; Unicef *Quénia*, 2012). O segundo grupo de autores defende que dentro do seu contexto social a criança assume activismo na interacção social, e argumentam que o envolvimento das crianças em actividades que geram rendimentos se efectua nos moldes da socialização, da interacção e da integração das crianças nas actividades caseiras domésticas. Para estes autores a socialização existe quando é feita por adultos ou grupo de pares, portanto, a interacção prevalece quando é feita a partir das brincadeiras, consignadas nas relações das crianças entre si, e integração, surge aquando das actividades caseiras, sendo aqueles os trabalhos que se desenvolvem no âmbito familiar e com intenção de inculcar nas crianças responsabilidade para a vida adulta (Dahlberg et al, 2003; Durkheim, 1983; Cohn, 2005; Waksler, 1991; Corsaro & Miller, 1992; Montandon, 2001; Gomes, 2004; Campos & Debortoli, 2007; Colonna, 2008; 2012).

Na senda das duas perspectivas, compreendemos que uma nos permite analisar de forma quantitativa o nível de envolvimento das crianças em actividades que gerem rendimentos, outra nos faz entender que o social influencia para tal envolvimento, todavia, percebe-se que ambos os posicionamentos teóricos não abrem espaço para uma análise a partir das próprias crianças, e todas olham para criança como passiva. Para uns passiva diante da exploração, e para outros passiva diante das regras sociais previamente estabelecidas, dando a entender que o social é que determina o envolvimento delas nas actividades que geram rendimentos.

De modo a compreender o ponto de vista das crianças e o nível de agenciamento das mesmas, realizou-se uma pesquisa etnográfica com crianças recolhedoras de lixo no bairro Maxaquene C. Os dados permitem-nos afirmar que o envolvimento da criança em actividades que geram rendimentos se materializa nos moldes de autonomia, demonstrada pela capacidade de negociação, que geram relações de reciprocidade que propiciam o momento de lazer das mesmas.

Os dados permitem-nos afirmar ainda que a criança é agente activa, demonstrada a partir da capacidade criar estratégias de obtenção de renda, através da recolha de lixo, uma actividade que subvertem as normas prescritas pelos modelos normativos ao desenvolver actividades que geram rendimentos, que se enquadra naquilo que se chama de “trabalho infantil”, entretanto, demonstrando o agenciamento das crianças ao nível macro, mas também subvertem as normas sociais ao nível micro, na medida em que desenvolvem esta actividade a revelia dos pais e encarregados de modo a satisfazer necessidades que deveriam ser garantidas quer o nível macro e micro pelos pais, encarregados e instituições que as tutelam.

O envolvimento das crianças no suprimento das suas necessidades garantidas pelas leis, mas negligenciadas pelas circunstâncias é feito em múltiplas esferas. Nesse contexto estudado elas agenciam activamente actividade de recolha de lixo de modo a suprir a necessidade o lazer. Apesar dos pressupostos da psicologia de desenvolvimento caracterizar a criança como agente passiva, condicionada pelo seu aparato biológico, e os modelos normativos pragmáticos compostos pelos decretos e convenções internacionais inibirem a participação das crianças em actividades que geram rendimentos, por conseguinte, as crianças agenciam activamente estratégias de obtenção de renda, deste modo subvertem as aspirações dos modelos normativos pragmáticos.

Os dados apresentados neste estudo advém de uma pesquisa exploratória, portanto, reconhecemos que vários aspectos poderiam ser explorados, aprofundar as lógicas de estratificação das crianças, uma vez que elas caracterizam ou escolhem uma determinadas zonas para “bombardear”, buscando-se entender que critérios são usados para tal acção. Esta postura

que consiste em apontar caminhos a outras pesquisas é reforçada por Gil (1999), ao afirmar que as pesquisas exploratórias têm por finalidade desenvolver, esclarecer, modificar os conceitos e ideias, através de formulação de problemas mais precisos ou hipóteses para estudos posteriores.

## 7. Referências

- BEE, Helen. (1997). *A Criança em Desenvolvimento*. 7ª ed. São Paulo: Artes Medicas.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1994). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BLAU, P. M. (1964). *Exchange and power in social life*. Nova York: Wiley.
- CAMPOS, Túlio; DEBORTOLI, J. A.O (2007). *Crianças nos Sinais: um olhar sobre o trabalho infantil e as possibilidades e impossibilidades de vivências do lazer nas ruas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG.
- CASTAÑON, Gustavo Arja (2004). *Construcionismo Social: uma crítica epistemológica*. Rio de Janeiro: UES.
- COLE, M. & COLE, S. (2001). *The Development of Children*. New York: Worth Publishers.
- COHN, Clarice. (2005) *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- COLONNA, Elena (2008). *Será que em África existem apenas crianças órfãs e vulneráveis? Reflexões a partir de uma investigação sociológica com crianças em Moçambique*. Maputo.
- CORSARO, W. A., MILLER, P. (eds.) (1992). *Interpretive approaches to children. Socialization*. San Francisco: Jossey Bass.
- DAHLBERG, G; MOSS, P; PENCE. (2003). *A Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed.
- De Oliveira, R. (2006). *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. São Paulo: Editora UNESP.
- DUMAZEDIER, Jofre (1976). *Lazer e cultura popular-Debates*. São Paulo: Perspectiva.
- DURKHEIM, E. (1983). *Formas elementares da vida religiosa*. In: *Émile Durkheim. Os Pensadores*. Vol.: XXXIII. São Paulo: Abril Cultural.
- FISHER, R; URY, W. (1985). *Como chegar ao sim: a negociação de acordos sem concessões*. Rio de Janeiro: Imago.
- GADOTTI, M. (1992). *Escola cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola*. São Paulo: Cortez.
- GERGEN, K. J. (1994). *Realities and relationships: soundings in social construction*. Cambridge: Harvard University Press.

- GIL, A. C. (1999). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas.
- GOMES, Christianne Luce (2004). Verbete: Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- GOLDENBERG, Mirian (2004). A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8ª ed. São Paulo: Record.
- GOULDNER, A. W. (1960). The norm of reciprocity: a preliminary statement. *American Sociological Review*. 10 (1): 83-93.
- GRAÇA, António P. Henriques (2008). Aspectos Metodológicos do Discurso Judiciário. Lisboa: CEJ.
- HONWANA, A; BOECK, F. D. (2005). Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial África. Dakar: CODESRIA.
- INE (2003). Inquérito aos Agregados Familiares Sobre as Condições de Vida (IAF 2002-2003).
- INVERNIZZI, A. (2003), Street-Working Children and Adolescents in Lima: Work as an Agent of Socialization. *Childhood*, (10): 319-341.
- KATZ, C. (1986), Children and environment: work, play and learning in rural Sudan. *Children's Environments Quarterly*, (3): 43-51.
- MARCELLINO, N.C. (2000). Gramsci e a revolução cultural: Reflexão. Campinas: PUCC, 8.
- MARCONI, M. A & LAKATOS, E.M (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. 5ªed. São Paulo: Atlas S. A.
- MAUSS, Marcel. (1974). Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp.
- MOGILKA, M. (1999). Autonomia e formação humana em situações pedagógicas: Um difícil percurso. *Educação e Pesquisa*, (2): 13-44.
- MONTANDON, Cléopatre (2001). Sociologia da Infância: Balanços dos Trabalhos em Língua Inglesa cadernos de Pesquisa. UG-FPSE.
- NIERENBERG, G.I. (1981) The art of negotiating. 2ed. New York: Simon & Schuster.
- NOVA, S. V. (2000). Introdução à sociologia. São Paulo: Atlas.
- OSÓRIO, L.C. (1992). Adolescente Hoje. Porto Alegre: Artes Medicas.

- PANOSO, Carlos Alfredo. (2000) Negociação comercial internacional: um comparativo entre negociadores brasileiros e argentinos. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Porto Alegre.
- PAPALIA, D. E (1981). O mundo da Criança. Porto Alegre: Artes Medicas.
- PEIRANO, M. (1992). A Favor da Etnografia. Brasília: Série Antropológica.
- PRADO, S, D. et al. (2011). Comer, Alimentar e Nutrir: categorias analíticas no campo de pesquisa científica. *Revista Colectiva Ciência e Saúde*, 16 (1): 155-163.
- PUNCH, S. (2003), Childhoods in the Majority World: Miniature or Tribal Children? *Sociology*, 37 (2): 277–295
- QUIVY, R; CAMPENHOUDT. V. (2005). “ A observação”. Manual de Investigação Em Ciências Sociais: Trajectus. 4ª ed. Gravida.
- RICHARDOS, R.1999. *Pesquisa social, Métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas. pp: 208-212.
- RYAN, R; DECI, E. (2000). Facilitation of Intrinsic Motivation, Social Development, and Well-Being. *American Psychologist*, 55 (1): 68-78.
- SILVA, Micaela Costa (2009). Comportamentos de autonomia nos anos pré-escolares na transição para a escolaridade obrigatória. Lisboa: UL-FPCE.
- SILVA, M. R. (2003). Trama doce-amarga: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica. São Paulo: Hucitec.
- SOARES, N. F., SARMENTO, M. J., & Tomás, C. A. (2005). Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças, Nuances.
- SOUSA FILHO, Alípio. (2007). “Por uma teoria construcionista crítica” In: Barros Junior, Francisco de Oliveira e Lima, Solimar Oliveira (Orgs.) Homossexualidade sem fronteiras: olhares. Rio de Janeiro: Booklink,
- UNICEF. (2010).“Protecção da Criança” in Pobreza Infantil e Disparidades em Moçambique. Maputo.
- UNICEF. (2012). Situação Mundial da Infância 2012: Crianças em um mundo Urbano. Nairobi

WAKSLER, F. C. (ed.) (1991). *Studying the social worlds of children*. London: The Falmer Press.

WILKINSON, S, KITZINGER, C. (eds.) (1995). *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.

ZADSZNAJDER, L. (1988). *Teoria e prática da negociação*. Rio de Janeiro: José Olímpio.

**Documentos:**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. 2004. *Direitos da Criança*, Artigo 47. Maputo: Imprensa Nacional.

OIT. (2013). *Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT e suas Recomendações na legislação nacional dos países da CPLP - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste*. Genebra.

UNIÃO AFRICANA (1990). *Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança*.

ONU. (1989). *Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas*, parágrafo 22